



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130 – Fone: (48) 3251-3700 – www.tre-sc.jus.br

PREGÃO N. 011/2021

(PAE n. 32.520/2020)

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**, por meio da Coordenadoria de Julgamento de Licitações, conforme art. 45, inciso IV, da Resolução TRESC n. 7.930, de 9 de dezembro de 2015, atendendo à solicitação da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços, comunica aos interessados que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO** visando à contratação de empresa para a prestação de serviços especializados e continuados de telefonia móvel pessoal, no Estado de Santa Catarina, com fornecimento de 174 (cento e setenta e quatro) aparelhos móveis celulares, a título de comodato.

A proposta deverá ser registrada no sistema COMPRASNET, por meio do [site www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (UASG 070020), até o horário da abertura da Sessão Eletrônica, que se dará **no dia 12 de abril de 2021, às 14 horas**, no mesmo [site](http://www.gov.br/compras).

A licitação será do tipo **MENOR PREÇO** e modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, pelos Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, pela Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, e pela Instrução Normativa SLTI/MPDG n. 3, de 26 de abril de 2018.

I. DO OBJETO

1.1. As especificações do objeto deste Pregão Eletrônico constam no Projeto Básico / Termo de Referência, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

1.1.1. Na hipótese de haver diferença entre a descrição registrada no Sistema Comprasnet (www.gov.br/compras) e as especificações constantes no Projeto Básico / Termo de Referência, deverão ser consideradas as do Projeto Básico / Termo de Referência.

1.1.2. O Projeto Básico / Termo de Referência e demais documentos poderão ser acessados no [site](http://www.tre-sc.jus.br) do TRESC, no seguinte endereço:

- www.tre-sc.jus.br (“Transparência / Contas Públicas / Licitações / Pregões / 2021”).

II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.1.1. Estejam credenciadas no Ministério da Economia, por meio do [site www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), órgão gestor do Sistema Eletrônico “Comprasnet”.

2.1.2. Manifestarem, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital, bem como que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

2.1.2.1. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata o subitem 2.1.2 seja firmada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto



no subitem 9.8 deste Edital.

2.1.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa ou ao direito de preferência sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, ressalvado o disposto no subitem 2.1.2.1.

2.2. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o TRESP, em nenhum caso, responsável por eles, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante no Sistema Eletrônico.

2.2.1. O TRESP não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Eletrônico.

2.3. Fica vedada a participação, na presente licitação:

a) de empresa proibida de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, durante o prazo da sanção aplicada; e

b) de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993.

2.4. O licitante que desistir do certame, deixando de enviar amostra ou qualquer documentação solicitada, seja referente à fase de julgamento de proposta ou à fase de habilitação, terá sua proposta desclassificada ou será inabilitado, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

2.4.1. Configura desistência do certame, para os fins do disposto no subitem 2.4, a solicitação de exclusão da proposta apresentada ou do lance ofertado.

III. DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Para participar da presente licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.2. O credenciamento dar-se-á após a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis.

3.4. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao TRESP responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

IV. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este certame serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@tre-sc.jus.br.

4.1.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

4.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo Sistema Eletrônico e no sítio eletrônico deste Tribunal - www.tre-sc.jus.br - e vincularão os participantes e este Tribunal.

4.2. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, exclusivamente por meio



do endereço eletrônico indicado no subitem 4.1, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

4.2.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

4.2.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo pregoeiro, nos autos do procedimento licitatório.

4.2.3. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

V. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.1.1. A etapa de que trata o subitem 5.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

5.1.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.1.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, nos termos do disposto no subitem 5.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.1.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.1.5. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no subitem 5.1, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.

5.1.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.1.7. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no **prazo máximo de 2 (duas) horas** após a solicitação do pregoeiro, nos termos dos **subitens 7.1.4 e 9.5** deste Edital.

5.1.8. A manutenção de proposta até a data de abertura da Sessão Eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o licitante, caso vencedor, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste Edital.

5.2. Deverá constar da proposta encaminhada pelo Sistema Comprasnet:

a) no campo “preço”: o preço, no VALOR TOTAL MENSAL para o item cotado;

b) no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”: detalhamento do objeto, quando couber, sem alternativas.

5.2.1. No campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo que **a proposta está de acordo com o Edital**.

5.2.2. Não será admitida, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, a inclusão de qualquer informação que permita identificar o autor da proposta, sob pena de desclassificação.

5.2.3. O uso da expressão “ou similar” será considerado alternativa.

5.2.4. O licitante deverá encaminhar, na forma do subitem 7.1.4, a marca e a especificação completa dos aparelhos móveis celulares que serão fornecidos, a título de comodato, sem alternativas.

5.3. No valor da proposta, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes e



demais encargos.

5.4. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da Sessão Eletrônica.

5.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos de habilitação, os lances e demais atos praticados durante a sessão pública.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua desconexão ou inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pelo Pregoeiro.

5.7. Em caso de divergência entre o numeral em algarismos e o descrito por extenso, prevalecerá o que estiver por extenso.

5.8. O licitante vencedor é responsável pelo ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos ou insuficiência de especificação de sua proposta.

5.9. O licitante deverá possuir cobertura em todos os municípios listados no **Anexo III** do Projeto Básico / Termo de Referência, sob pena de **desclassificação** de sua proposta.

5.9.1. O cumprimento do disposto no subitem 5.9 será verificado pelo Pregoeiro no sítio da operadora, após a fase de lances.

5.10. No **Anexo II** do Projeto Básico / Termo de Referência encontram-se os números de telefones já em uso neste Tribunal para efeito das regras da **Portabilidade**.

VI. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

6.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta pelo pregoeiro no Sistema Eletrônico com a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.1. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

6.3.1. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

6.4. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

6.4.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

6.4.2. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR TOTAL MENSAL** para o item cotado.

6.4.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

6.4.4. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 10,00 (dez reais)** de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.4.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.4.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do



menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.5. Nos termos do art. 33 do Decreto n. 10.024/2019, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos, considerando o modo de disputa aberto e fechado.

6.5.1. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.5, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.5.2. Encerrado o prazo de que trata o subitem 6.5.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.5.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 6.5.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.5.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.5.2 e 6.5.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.5.5. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.5.2 e 6.5.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 6.5.4.

6.5.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.5.5.

6.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, por meio do Sistema Eletrônico.

6.8. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação do(s) critério(s) de desempate previsto(s) nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar n. 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei n. 8.666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.9. O(s) critério(s) de desempate será(ão) aplicado(s) nos termos do subitem 6.8, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

6.9.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

VII. DO JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.1.2. Se o preço ofertado exceder o valor máximo aceitável para a presente contratação, o Pregoeiro negociará com o licitante, visando à obtenção de proposta mais vantajosa.

7.1.3. O valor máximo aceitável para a contratação (planilha de custos elaborada especificamente para objeto deste certame) será tornado público apenas e imediatamente após o



encerramento do envio de lances.

7.1.3.1. Os valores apresentados nos Estudos Preliminares não representam o valor máximo aceitável para a presente contratação, pois espelham apenas uma estimativa de preços realizada preliminarmente pela unidade demandante.

7.1.4. A nova proposta deverá ser encaminhada no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, acompanhada, se necessário, de documentos complementares, devidamente adequada ao último valor ofertado após a negociação de que trata o subitem 7.1, devendo conter, ainda, a marca e a especificação completa dos aparelhos móveis celulares que serão fornecidos, a título de comodato, sem alternativas, sob pena de **desclassificação**.

7.1.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, estão aqueles que contenham as características e especificações do objeto ofertado, tais como catálogos, folhetos, *folders*, manuais, *datasheets* e outros documentos que permitam aferir a sua conformidade com as exigências contidas no Projeto Básico / Termo de Referência.

7.2. Encaminhada a proposta ajustada pelo licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro examiná-la-á quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação.

7.3. Restando alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante que ofertou a melhor proposta, em razão das especificações, da marca ou do modelo / código / referência (se for o caso) indicados na proposta, o Pregoeiro:

a) fixará prazo para que a empresa apresente amostra do objeto proposto ou declaração expedida pelo fabricante de que o produto cotado possui as características especificadas no Edital, ou, ainda, preste esclarecimentos complementares, como condição necessária para a sua aceitação; e

b) suspenderá a Sessão Eletrônica, fixando data e hora para reabertura.

7.4. Será, ainda, DESCLASSIFICADA a proposta que:

a) não contenha a marca e/ou o modelo / código / referência (se for o caso) do produto ofertado e/ou apresente alternativa de marca e/ou de modelo / código / referência; e/ou

b) contenha vícios ou ilegalidades; e/ou

c) apresente condições e/ou especificações conflitantes com as exigidas no Projeto Básico / Termo de Referência; e/ou

d) mantenha valor superior ao valor máximo aceitável por este Tribunal; e/ou

e) apresente preços que sejam manifestamente inexecutáveis; e/ou

f) não atenda à diligência prevista na alínea "a" do subitem 7.3.

7.4.1. Consideram-se **preços manifestamente inexecutáveis** aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

7.4.2. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada, pelo Pregoeiro, diligência e adotados, entre outros, um ou mais dos seguintes procedimentos:

a) questionamento junto à proponente para a apresentação de justificativas, planilhas de composição de preços e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;

b) verificação de acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas;

c) levantamento de informações nos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social e consulta às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

d) consulta a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

e) pesquisa em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;

f) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

g) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;



- h) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) estudos setoriais;
- j) análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para a prestação dos serviços; e
- k) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.5. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias previstas nos Itens VIII e IX, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.6. Após a negociação prevista no subitem 7.1 e aceitação da melhor proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, nos termos dos Itens VIII e IX deste Edital.

VIII. DA CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, será verificado o eventual descumprimento das vedações relacionadas no subitem 2.3, por meio de consulta:

a) ao SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e eventual infringência à hipótese prevista no subitem 2.3, alínea “b”, e o registro de ocorrências cadastradas relativas às penalidades que obstem à participação no certame ou a futura contratação;

b) ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

c) ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br.

8.1.1. As consultas a que se refere o subitem 8.1 serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992.

8.1.2. Constatada a existência de penalidade vigente que obste a participação da empresa licitante na licitação, o Pregoeiro procederá à sua eliminação do certame, por falta de condição de participação, reputando-a inabilitada no sistema Comprasnet.

IX. DA HABILITAÇÃO

9.1. A habilitação será verificada por meio de consulta on-line ao SICAF e análise da documentação complementar especificada neste Edital.

9.1.1. Nos termos do subitem 5.1, os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, concomitantemente com a proposta, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.2. Para a habilitação nesta licitação, será verificada e/ou exigida documentação referente:

- a) à Habilitação Jurídica de que trata o art. 28 da Lei n. 8.666/1993;
- b) à Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista; e
- c) à Qualificação Técnica exigida neste Edital;
- d) à Qualificação Econômico-Financeira exigida neste Edital;

e) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, cuja declaração será firmada pelo licitante, por meio do campo próprio no sistema Comprasnet, disponível quando do envio da proposta, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste edital.

9.2.1. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, nos termos dos subitens 5.1 e 9.1.1 deste Edital.



9.3. Em relação à **Qualificação Técnica**, será(ão) exigido(s) documento(s) que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante cópia do contrato de concessão ou termo de autorização, ou ainda extrato de publicação na imprensa oficial destes instrumentos, para a prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), outorgada pelo poder concedente, nos termos da legislação em vigor.

9.4. Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, serão exigidos:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura desta licitação;

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9.4.1. Para ser considerado apresentado na forma da lei, o Balanço Patrimonial deverá estar chancelado pela Junta Comercial, devidamente assinado, podendo ser apresentado o Livro Diário, também registrado na Junta Comercial, ou, ainda, Balanço Patrimonial digital, acompanhado do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, na forma do disposto pelo § 3º do art. 16 da Instrução Normativa n. 3/2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

9.4.1.1. Para empresas regidas pela Lei n. 6.404/1976, deverá ser apresentada a publicação do Balanço Patrimonial, na forma de seu art. 176, § 1º.

9.4.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, será admitida a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.4.3. O licitante enquadrado como microempreendedor individual, que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos da Lei Complementar n. 123/2006, estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício financeiro.

9.4.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante:

a) a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.4.5. Caso as empresas apresentem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer dos índices referentes à situação financeira da empresa [Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)], deverão comprovar o capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

9.5. Na hipótese de necessidade de envio de documentação complementar à habilitação, na forma do disposto no subitem 5.1.7, quando necessária à confirmação dos documentos exigidos neste Edital, deverá ser encaminhada por meio da opção **"Enviar Anexo"** do sistema Comprasnet, **em até 2 (duas) horas**, contadas da convocação do Pregoeiro, devendo ser compactados em único arquivo (.zip).

9.5.1. Não serão aceitos documentos com indicação de **CNPJ/CPF** diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5.1.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5.2. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo sistema, dispondo o licitante



do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

9.5.3. O não envio da documentação complementar a que se refere o subitem 9.1, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 9.5 sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 9.5.2, ensejará a **INABILITAÇÃO** da empresa.

9.6. Na análise da validade dos documentos de habilitação, quando existente, tomar-se-á como referência a data da abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

9.7. Tratando-se de sociedade cooperativa, para fins de habilitação, serão exigidos, ainda, na forma do disposto no subitem 9.5:

a) relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição;

b) declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados;

c) comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d) comprovante de registro na organização das cooperativas brasileiras ou na entidade estadual, se houver;

e) documento comprobatório de integração das respectivas quotas-partes pelos cooperados que executarão o contrato;

f) ata de fundação, estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou, regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que o aprovou e editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e

g) ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

9.8. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação nesta licitação, nos termos dos Decretos n. 8.538/2015 e 10.024/2019.

9.9. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei n. 9.784/1999.

9.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 9.9, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

X. DOS RECURSOS E DA ADJUDICAÇÃO

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

10.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

10.1.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.1.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no subitem 10.1, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.2. O Pregoeiro terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo ao Secretário de Administração e Orçamento, devidamente informado, para apreciação e decisão, em igual prazo.



10.2.1. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão quanto a ele, será o resultado da licitação submetido à autoridade competente, para os procedimentos de adjudicação e homologação.

10.2.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 10.1, importará a decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a **ADJUDICAR** o objeto deste certame ao licitante declarado vencedor, propondo à autoridade competente deste Tribunal a homologação da licitação.

XI. DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

11.2. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas;
- j) cometer fraude fiscal; e
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

11.2.1. Para os fins do contido na alínea “h” do subitem 11.2, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

11.3. Para os casos não previstos no subitem 11.2, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;
- c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.



11.3.1. As sanções estabelecidas no subitem 11.2 e na alínea “f” do subitem 11.3 são de competência do Presidente do TRESC.

11.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução do objeto sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

11.4.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.

11.5. Da aplicação das penalidades previstas nos subitens 11.3, alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, e 11.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

11.5.1. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

11.6. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “f” do subitem 11.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESC, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

XII. DA DOTAÇÃO

12.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa do Estado de SC, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa “Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica”, subitem 58 – Serviços de Telecomunicações.

12.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

XIII. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

13.1. O licitante vencedor ficará obrigado a:

13.1.1. executar os serviços nas condições estipuladas no Projeto Básico / Termo de Referência e em sua proposta;

13.1.1.1. entregar os aparelhos móveis celulares e os respectivos acessos (*chips*), devidamente habilitados, em até **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data de recebimento, pela Contratada, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC;

13.1.1.2. os *chips* e aparelhos entregues deverão obrigatoriamente atender as especificações constantes no Projeto Básico / Termo de Referência, que serão verificados pelo gestor somente **por ocasião da entrega** (pós licitação);

13.1.1.3. entregar os aparelhos móveis celulares e os respectivos acessos (*chips*) na Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, localizada no Edifício Anexo I do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Rua Esteves Júnior, 80, 1º andar, Centro, Florianópolis/SC;

13.1.1.3.1. a entrega deverá ser agendada com a Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, pelo telefone (48) 3251-7453, ou via *e-mail*, pelo endereço eletrônico aem@tre-sc.jus.br;

13.1.2. ter condições técnicas e concessão, permissão ou autorização da ANATEL para a realização dos serviços objeto deste Edital;

13.1.3. prestar os serviços de acordo com as especificações e exigências do Projeto Básico / Termo de Referência, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pela ANATEL;

13.1.4. cumprir as regras ora estabelecidas, bem como aquelas divulgadas pela ANATEL e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços contratados;

13.1.5. zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, prestando-os dentro dos



parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;

13.1.6. implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz;

13.1.7. prestar o serviço de gerenciamento via *web* por acesso (*chip*) habilitado (linha contratada);

13.1.8. designar, previamente ao início dos serviços, um consultor ou supervisor com condições de acompanhar todos os aspectos de caráter técnico, gerencial ou operacional do contrato, respondendo ao TRESC sempre que solicitado;

13.1.8.1. os dados nominais e de contato do supervisor designado deverão ser encaminhados ao Contratante, pelo *e-mail* cis-gab@tre-sc.jus.br, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data de recebimento, pela Contratada, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC.

13.1.8.2. o supervisor fará permanente contato com o gestor por intermédio do qual receberá e transmitirá aos profissionais as necessárias instruções, com vistas ao perfeito desempenho dos serviços contratados;

13.1.8.3. o supervisor deverá atender ao gestor sempre que solicitado, prestando as informações e os esclarecimentos solicitados, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Contratante, disponibilizando, desde o início da vigência do contrato, número de telefones fixo e móvel para contato, inclusive emergencial, e endereço de correio eletrônico;

13.1.9. o disposto nos subitens 13.1.8 e 13.1.8.1 a 13.1.8.3, aplica-se também ao controle e à conferência das faturas de que trata o subitem 13.1.14, a cargo da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços do TRESC;

13.1.10. manter endereço, número de telefone e demais dados atualizados sobre a Contratada, informando imediatamente quaisquer alterações ao TRESC pelo *e-mail* cis-gab@tre-sc.jus.br;

13.1.11. fornecer número(s) de telefone(s) para eventuais contatos, esclarecimentos ou registro das reclamações sobre o mau funcionamento, defeitos, interrupções, ainda que intermitentes, dos serviços contratados;

13.1.11.1. o atendimento da Contratada às solicitações do TRESC, inclusive por meio de suporte técnico por consultores, deverá ser imediato e terá de estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana;

13.1.11.2. em horário não comercial (da 00:00h às 07:00h e das 19:00h às 24:00h), o atendimento e o suporte técnico poderão ser realizados por meio do *call center* da Contratada;

13.1.12. no caso de ocorrências de interrupção na prestação dos serviços, a Contratada deverá corrigir o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

13.1.12.1. em casos excepcionais e devidamente justificados, o prazo previsto no subitem 13.1.12 poderá ser prorrogado, observado o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

13.1.13. levar, imediatamente, ao conhecimento do gestor do TRESC qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

13.1.14. fornecer ao TRESC, no Edifício Anexo I do Prédio-Sede, situado na Rua Esteves Júnior, 80, Centro, Florianópolis/SC, mensalmente e sempre que solicitado, fatura única e detalhada em cada um dos tipos de serviços objeto deste Edital por *chip*/linha utilizada, sem ônus para o TRESC;

13.1.14.1. a Contratada deve fazer chegar a fatura mensal ao TRESC com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de vencimento;

13.1.14.2. a fatura deverá conter os valores bruto e líquido, discriminados os descontos, os impostos e os serviços;

13.1.14.3. se a fatura emitida contiver erros ou estiver em desacordo com as disposições do contrato, fica automaticamente prorrogado o vencimento para 10 (dez) dias após a correção pela Contratada, a contar do recebimento, pelo TRESC, da fatura corrigida com a data de vencimento atualizada, de modo a viabilizar o respectivo pagamento;



13.1.14.4. providenciar a disponibilização de faturas e demonstrativos ao TRESA mediante arquivo eletrônico enviado por mensagem eletrônica, sempre que solicitado;

13.1.15. assumir a responsabilidade por “clonagem” ou subscrição que porventura venham a ser identificadas nos acessos habilitados (*chips*), sem nenhum prejuízo ao TRESA;

13.1.16. possibilitar ao TRESA, na condição de visitante, receber a prestação de serviço móvel de telefonia em redes de outras prestadoras de serviço;

13.1.17. efetuar a portabilidade dos números das linhas (códigos de acesso) móveis utilizados pelos TRESA atualmente, caso necessário, sem qualquer custo adicional;

13.1.18. é permitido à Contratada:

13.1.18.1. cobrar os valores de assinatura, serviços e tarifas nos termos da proposta, observado o detalhamento previsto no subitem 2.7.5.1 do Projeto Básico / Termo de Referência;

13.1.18.2. cobrar os valores padrões de tarifas de outros serviços, não previstos no Projeto Básico / Termo de Referência, utilizados voluntariamente pelo TRESA, com base no valor de mercado e nunca acima dos valores registrados na ANATEL;

13.1.18.3. faturar em um prazo máximo de 90 (noventa) dias para o serviço de longa distância nacional, após o encerramento do contrato, as ligações de longa distância, realizadas em decorrência desta licitação;

13.1.18.4. fornecer, sempre que solicitado, a comprovação dos preços vigentes, em relação aos serviços contratados;

13.1.18.5. fornecer os códigos de acesso (*chips*) com os aparelhos móveis celulares registrados e habilitados, acompanhados de todos os itens que compõem o “*kit*” de que trata o subitem 2.7.4 do Projeto Básico / Termo de Referência;

13.1.18.6. substituir, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado a partir da data de solicitação, qualquer aparelho e/ou código de acesso (*chip*) que apresente defeito de fábrica após a entrega ao TRESA e a conferência pelo gestor do contrato, sem ônus para o TRESA;

13.1.19. efetuar a troca de todos os 174 (cento e setenta e quatro) aparelhos móveis celulares, passados 30 (trinta) meses da data de assinatura do contrato, por outros de tecnologia mais avançada, acompanhados de todos os itens que compõem o “*kit*” de que trata o Projeto Básico / Termo de Referência, sem ônus para o TRESA;

13.1.19.1. em caso de defeito durante a vigência do contrato ou de extravio, furto ou roubo de quaisquer dos aparelhos celulares, a Contratada deverá providenciar o registro e a habilitação do(s) novo(s) aparelho(s), no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado a partir da data de solicitação do gestor, e observadas as especificações constantes no Projeto Básico / Termo de Referência;

13.1.19.2. o custo referente ao aparelho defeituoso por uso indevido, extraviado, furtado ou roubado será objeto de apuração pelo TRESA e de posterior indenização à Contratada;

13.1.20. em caso de danos ocorridos nos acessos (*chips*) por uso indevido, observar-se-á o disposto nos subitens 13.1.19.1 e 13.1.19.2;

13.1.21. responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da incompatibilidade de ação ou omissão culposa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo inteiramente o ônus decorrente;

13.1.22. garantir sigilo e inviolabilidade das conversações telefônicas decorrentes da contratação, considerando os recursos disponibilizados pela Contratada, mas respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;

13.1.23. garantir a suspensão e/ou interrupção dos serviços contratados, quando solicitados pelo TRESA;

13.1.24. é vedado à Contratada cobrar quaisquer tarifas:

a) a título de habilitação dos acessos (*chips*) nos aparelhos móveis celulares fornecidos em conjunto;

b) para ligações intragrupo;



- c) a título de franquia de consumo obrigatório; e
- d) a título de acessos a *Internet* (plano de dados), tais como para navegação e utilização de correio eletrônico (*e-mail*);
- 13.1.24.1. fazer distinção nas tarifas em relação aos horários normal e reduzido;
- 13.1.24.2. exigir a contratação de quaisquer serviços adicionais;
- 13.1.25. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRESC;
- 13.1.26. não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;
- 13.1.27. prestar **garantia** (do fabricante) para os aparelhos e *chips* pelo período de, **no mínimo, 1 (um) ano**, a contar da data do recebimento definitivo, pelo setor competente do TRESC;
- 13.1.28. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC; e
- 13.1.29. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão.

XIV. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mensalmente, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

14.1.1 O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços.

14.1.2. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

14.1.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

14.1.4. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.

14.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

14.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRESC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de



tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRESC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

14.5. Quando ocorrerem **atrasos de pagamento** provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = $6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

XV. DO CONTRATO

15.1. Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993, pelo Decreto n. 10.024/2019 e pela Resolução TSE n. 23.234/2010.

15.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

15.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.3.1. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar o contrato, no prazo de até 3 (três) dias úteis, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades aludidas no Item XI deste Edital.

15.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, na forma do artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

XVI. DA RESCISÃO

16.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

16.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas "c" ou "d" do subitem 11.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "e" ou "f" do subitem 11.3.

XVII. DO REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

17.2. Para efeito de reajustamento, os índices iniciais a serem considerados serão os da data de apresentação da proposta.

XVIII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem



de tempo e registro no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

18.2. O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

18.3. A autoridade competente para homologar o presente certame poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

18.4. O Pregoeiro, durante a Sessão Pública, não efetuará qualquer contato com os licitantes que não seja no âmbito do Sistema Eletrônico "Comprasnet".

Florianópolis, 22 de março de 2021.

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke
Coordenadora de Julgamento de Licitações



MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato para a prestação de serviços especializados e continuados de telefonia móvel pessoal, no Estado de Santa Catarina, com fornecimento de 174 (cento e setenta e quatro) aparelhos móveis celulares, a título de comodato, autorizado pelo Senhor, Secretário de Administração e Orçamento, na fl. do Procedimento Administrativo Eletrônico n. 32.520/2020 (Pregão n. 011/2021), que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa, em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, e com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor, inscrito no CPF sob o n., residente e domiciliado em/SC e, de outro lado, a empresa, estabelecida na, telefone, e-mail, inscrita no CNPJ sob o n., doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) seu (sua), Senhor(a)..... inscrito(a) no CPF sob o n., residente e domiciliado(a), tem entre si ajustado Contrato para a prestação de serviços especializados e continuados de telefonia móvel pessoal, no Estado de Santa Catarina, com fornecimento de 174 (cento e setenta e quatro) aparelhos móveis celulares, a título de comodato, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, e com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços especializados e continuados de telefonia móvel pessoal, no Estado de Santa Catarina, por meio de 174 (cento e setenta e quatro) códigos de acesso (*chips*), destinados aos servidores da Sede do TRESC e das Zonas Eleitorais do Estado de Santa Catarina, com o fornecimento de 174 (cento e setenta e quatro) aparelhos móveis celulares, a título de comodato, habilitados e associados a um plano pós-pago de serviço, que permita a sua utilização pelo Contratante em todas as localidades atendidas pela Contratada, em sua área de prestação, e, ainda, na condição de visitante, para a realização de ligações nas modalidades local e longa distância (nacional) destinadas a telefones fixos e móveis.

1.2. Os serviços compreendem o seguinte detalhamento:

1.2.1 REALIZAÇÃO DE CHAMADAS NAS MODALIDADES DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN) A PARTIR DOS CÓDIGOS DE ACESSO (*CHIPS*) HABILITADOS/APARELHOS:

a) Prestação dos serviços de telefonia pertinentes à realização de chamadas, nas modalidades de longa distância nacional (LDN), a partir dos códigos de acesso (*chips*)/aparelhos celulares do TRESC, destinadas a telefones fixos e móveis.

1.2.2 Fornecimento de 174 (cento e setenta e quatro) aparelhos móveis celulares, a título de comodato, habilitados e associados a um plano pós-pago de serviço, que permita a sua utilização pelo Contratante em todas as localidades atendidas pela Contratada, em sua área de prestação, e, ainda, na condição de visitante, para a realização de ligações nas modalidades local



e longa distância nacional destinadas a telefones fixos e móveis.

1.2.3. Observações:

a) a Contratada deverá possuir cobertura em todos os municípios relacionados no **Anexo II** deste Projeto Básico.

b) No **Anexo I** encontram-se os números de telefones já em uso neste Tribunal para **efeito das regras da Portabilidade**.

c) No **Anexo II** estão relacionadas as Zonas Eleitorais e seus respectivos endereços a serem contempladas pelo serviço acima citado.

1.3. Especificações dos códigos de acesso (*chips*):

1.3.1. Características gerais: digital, padrão 4G ou 3G, ou, se não disponíveis, GSM; acesso à *Internet*, identificador de chamadas; caixa-postal de mensagem de voz; permitir transferência de chamadas para outro número de telefone; chamada em espera; Serviço de Mensagem Curta (SMS) e Serviço de Mensagem Multimídia (MMS); capacidade de comunicação de dados; *roaming* automático em todo o território nacional; com franquia de dados de 05 Gb/mês - no sistema franquia de dados compartilhada.

a) a Contratada deverá fornecer somente acessos (*chips*) homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);

b) os acessos (*chips*) deverão ser novos e sem uso na data da sua entrega ao TRESA, no início da vigência do contrato, bem como no caso de eventuais substituições;

c) os acessos (*chips*) devem possibilitar o acesso à *Internet* e a navegador WEB, bem como o envio, o recebimento e a sincronização de mensagem eletrônica (*e-mail*);

d) os acessos (*chips*) a serem entregues ao TRESA têm de estar com atualização tecnológica compatível com aquelas comercializadas na data da entrega e na data de eventual substituição;

e) os acessos (*chips*) deverão ter garantia (do fabricante) de, no mínimo, 1 (um) ano.

1.4. Serviços a serem contratados

1.4.1. Contratação mensal do Serviço Móvel Pessoal (SMP) para a realização, e o recebimento, de chamadas nas modalidades local (VC-1), longa distância nacional (VC-2 e VC-3), incluindo assinatura, serviços (mensalidades e pacotes) e tarifas, na unidade tarifária minuto e/ou fração, de acordo com o Plano da Contratada que melhor se ajustar ao Perfil de Tráfego, conforme detalhamentos previstos neste Projeto Básico, **para utilização e compartilhamento pelos 174 (cento e setenta e quatro) códigos de acesso (*chips*) habilitados nos aparelhos a serem fornecidos pela Contratada, durante todos os dias da semana (24 horas por dia).**

1.4.2. Serviços de identificador de chamadas, chamada em espera e conferência, os quais deverão estar abrangidos no valor mensal a ser pago.

1.4.3. Serviço de gerenciamento via *web*: gestão (controle) de todas as linhas móveis contratadas, mediante a transmissão de dados para acesso via *Internet*, de modo a viabilizar o controle de uso e os gastos decorrentes da contratação.

1.4.4. Serviço de tarifa zero para ligações intragrupo, assim definidas as realizadas entre números (linhas móveis) do TRESA pertencentes ao mesmo código de área DDD (ligação VC-1, móvel-móvel, mesma operadora).

1.4.5. Serviço de dados (acesso à *Internet*) ilimitado via tecnologia 4G ou 3G, ou, se não disponíveis, GSM, sem custo adicional (cobrança de excedente à franquia de dados estimada no subitem 2.7.5.1 deste Projeto Básico), para os 174 (cento e setenta e quatro) acessos (*chips*) especificados neste Contrato.

1.4.6. Os acessos (*chips*) deverão permitir que os aparelhos de telefonia celular a serem utilizados entrem em *roaming* de forma automática, sem qualquer interveniência do usuário, em todo o território nacional.

1.4.6.1. Quando os aparelhos entrarem em *roaming*, o TRESA ficará sujeito às condições de tarifas e preços, bem como técnicas e operacionais, estabelecidas pelas operadoras de telefonia móvel visitadas, tão somente quando a operadora não for a própria Contratada.

1.4.6.2. As tarifas decorrentes de ligações originadas e recebidas em *roaming* deverão ser



faturadas e cobradas obrigatoriamente pela Contratada, de acordo com a subcláusula 10.1.14, não sendo aceitas faturas em nome de outras operadoras.

1.4.7. Garantia de substituição de aparelhos e/ou códigos de acesso (*chips*), se necessário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado a partir da data da solicitação do gestor.

1.4.7.1. É facultado à Contratada disponibilizar aparelho e/ou código de acesso (*chip*) provisório(s), durante o prazo de substituição, desde que possua(m) atualização tecnológica compatível com os serviços a serem prestados e sem ônus para o TRESA.

1.4.8. Serviços de telefonia pertinentes à realização de chamadas, nas modalidades de longa distância nacional (LDN), a partir dos códigos de acesso (*chips*)/aparelhos celulares do TRESA, destinadas a telefones fixos e móveis, conforme Perfil de Tráfego estimado na subcláusula 1.6.1 deste Contrato.

1.4.9. os serviços de longa distância nacional (LDN) compreendem o inter-regional, para as Regiões I (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas e Roraima) e III (São Paulo), e o intrarregional, para a Região II (Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Tocantins, Rondônia, Distrito Federal, conforme Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto n. 2.534, de 2.4.1998.

1.4.10. Na hipótese de determinação de redução de tarifas pela ANATEL, a redução deverá ser estendida ao(s) serviço(s) especificado(s) neste Contrato.

1.4.11. No caso de modernização tecnológica, o TRESA poderá solicitar a atualização para a nova tecnologia disponível, sem alteração nos custos dos serviços contratados, desde que respeitadas as condições editalícias, conforme previsto no art. 65, I, "a", da Lei n. 8.666/1993.

1.5. Especificações dos aparelhos:

- ✓ sistema operacional *Android* versão 10 ou superior;
- ✓ processador de 64 Bits;
- ✓ processador: 8 *Core* 2GHz ou superior;
- ✓ memória RAM: 4 GB ou superior;
- ✓ armazenamento interno: 64 GB ou superior;
- ✓ resolução de tela: 1080 x 1920 *pixels* ou superior;
- ✓ tamanho de tela: 6 polegadas ou superior;
- ✓ câmera: 48 MP ou superior (principal);
- ✓ bateria: 4000 mAh ou superior;
- ✓ suporte a 4G; e
- ✓ homologado pela ANATEL.

1.5.1. Os aparelhos devem ser novos, sem uso e ter identificação do fabricante com marca, modelo e número de série único do equipamento.

1.5.2. Cada aparelho deverá ser entregue devidamente embalado, contendo obrigatoriamente o seguinte "kit": aparelho; bateria; carregador; fone de ouvido; manual do usuário em língua portuguesa; e guia rápido de utilização.

1.5.3. Toda a documentação técnica dos aparelhos deverá ser completa e atualizada, contendo manual e guias de instalação, oferecidos em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo.

1.5.4. A Contratada deverá entregar, juntamente com os aparelhos, o Certificado de Garantia e Serviços do fabricante.

1.5.5. Os aparelhos deverão ter garantia (do fabricante) de, no mínimo, 1 (um) ano.

1.6. Da estimativa de Consumo (Perfil de Tráfego)

1.6.1. Estima-se o seguinte consumo mensal para os serviços solicitados:



ASSINATURA, SERVIÇOS (MENSALIDADES/PACOTES) E TARIFAS	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA TOTAL (CONSIDERAR TODOS OS APARELHOS)
Assinatura básica mensal	Unidade	174
Serviço de gerenciamento via <i>web</i>	Unidade	174
Serviço tarifa zero intragrupo	Unidade	174
Serviço de acesso à <i>Internet</i> 4G/3G/GSM ilimitado (considerar a franquia de dados de 05 Gb/mês)	Unidade	174
Acesso à caixa postal (por acesso/ <i>chip</i>)	Minutos	500
Pacote de mensagens curtas (SMS p/ qualquer operadora) (por acesso/ <i>chip</i>)	Unidade (mensagem)	1.740
Pacote de mensagens multimídia (MMS) (por acesso/ <i>chip</i>)	Unidade (mensagem)	500
Ligação VC-1 móvel-fixo	Minutos	1.400
Ligação VC-1 móvel-móvel (outra operadora)	Minutos	700
Ligação VC-1 móvel-fixo em <i>roaming</i>	Minutos	700
Ligação VC-1 móvel-móvel em <i>roaming</i> (mesma operadora)	Minutos	700
Ligação VC-1 móvel-móvel em <i>roaming</i> (outra operadora)	Minutos	700
Ligação VC-2 móvel-fixo	Minutos	2.300
Ligação LDN VC-2 móvel-móvel (mesma operadora)	Minutos	2.300
Ligação LDN VC-2 móvel-móvel (outra operadora)	Minutos	700
Ligação LDN VC-3 móvel-fixo	Minutos	500
Ligação LDN VC-3 móvel-móvel (mesma operadora)	Minutos	500
Ligação LDN VC-3 móvel-móvel (outra operadora)	Minutos	500
Adicional de Deslocamento (chamada dentro do Estado de Santa Catarina – AD1)	Unidade (chamadas)	150
Adicional de Deslocamento (chamada fora do Estado de Santa Catarina – AD2)	Unidade (chamadas)	150
Recebimento de chamadas dentro do Estado de Santa Catarina, na área de cobertura da Contratada, em cidade com DDD diferente (DSL 1)	Minutos	100
Recebimento de chamadas em outro Estado (DSL 2)	Minutos	50

1.6.2. As quantidades mensais previstas na subcláusula 1.6.1 são uma estimativa baseada no atual consumo mensal do TRESC e tratam-se de quantias referenciais e não de limites mensais fixos (mínimos e/ou máximos) e/ou vinculados a acessos, devendo ser cobrado de cada código de acesso (*chip*) somente o que for efetivamente utilizado.

PARÁGRAFO ÚNICO

A prestação dos serviços e o fornecimento dos materiais obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 011/2021, de ____/____/2021, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em ____/____/____, por meio do sistema COMPRASNET, e dirigida a Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar dos serviços deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO



2.1. A Contratante pagará à Contratada, pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, descritos na Cláusula Primeira, o valor mensal unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, os 174 códigos de acesso (*chips*) / aparelhos móveis celulares, o valor de R\$ _____ (_____) mensais.

2.1.1. Outros serviços disponibilizados pela Contratada serão pagos com base no valor de mercado e nunca acima dos valores registrados na ANATEL, observado o disposto na subcláusula 10.1.18.2 deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR MENSAL ESTIMADO

3.1. O presente Contrato tem como valor mensal estimado a importância de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

4.1. O presente Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 31 de outubro de 2025, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

4.2. A Contratada deverá entregar os aparelhos móveis celulares e os respectivos acessos (*chips*), devidamente habilitados, em **até 15 (quinze) dias úteis**, a contar da data de recebimento, pela Contratada, deste contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mensalmente, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

6.1.1 O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços.

6.1.2. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

6.1.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

6.1.4. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.

6.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de



acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, a Contratante efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pela Contratante os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

6.5. Quando ocorrerem **atrasos de pagamento** provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = $6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa do Estado de SC, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa “Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica”, subitem 58 – Serviços de Telecomunicações.

7.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO EMPENHO DA DESPESA

8.1. Para atender as despesas do exercício em curso, foi emitida a Nota de Empenho n. 2021NE000_____, em ____/____/2021, no valor de R\$ _____ (_____).

8.1.1. As parcelas de despesas a serem executadas em exercício futuro serão cobertas por créditos orçamentários e notas de empenho emitidas em época própria.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do **Gestor do Contrato**, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, ou seu substituto, ou seu superior imediato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

9.2. O Gestor do Contrato promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

9.3. Serão impugnados pela Gestão do Contrato todos os trabalhos que não satisfizerem as exigências contratuais e normativas, ficando a Contratada obrigada a desmanchá-los e refazê-los, correndo por sua exclusiva conta as despesas correspondentes, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



10.1. A Contratada ficará obrigada a:

10.1.1. executar o objeto proposto nas condições estipuladas no Projeto Básico / Termo de Referência do Edital do Pregão n. 011/2021 e em sua proposta;

10.1.1.1. entregar os aparelhos móveis celulares e os respectivos acessos (*chips*), devidamente habilitados, em **até 15 (quinze) dias úteis**, a contar da data de recebimento, pela Contratada, deste contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESA;

10.1.1.2. os *chips* e aparelhos entregues deverão obrigatoriamente atender as especificações constantes na Cláusula Primeira deste Contrato, que serão verificados pelo gestor somente **por ocasião da entrega** (pós licitação);

10.1.1.3. entregar os aparelhos móveis celulares e os respectivos acessos (*chips*) na Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, localizada no Edifício Anexo I do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Rua Esteves Júnior, 80, 1º andar, Centro, Florianópolis/SC;

10.1.1.3.1. a entrega deverá ser agendada com a Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, pelo telefone (48) 3251-3865, ou via *e-mail*, pelo endereço eletrônico aem@tre-sc.jus.br;

10.1.2. ter condições técnicas e concessão, permissão ou autorização da ANATEL para a realização dos serviços objeto deste Contrato;

10.1.3. prestar os serviços de acordo com as especificações e exigências deste Contrato, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o seu período de vigência, salvaguardados os casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pela ANATEL;

10.1.4. cumprir as regras ora estabelecidas, bem como aquelas divulgadas pela ANATEL e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços contratados;

10.1.5. zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, prestando-os dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;

10.1.6. implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz;

10.1.7. prestar o serviço de gerenciamento via *web* por acesso (*chip*) habilitado (linha contratada);

10.1.8. previamente ao início dos serviços, deverá designar um consultor ou supervisor com condições de acompanhar todos os aspectos de caráter técnico, gerencial ou operacional do contrato, respondendo ao TRESA sempre que solicitado;

10.1.8.1. os dados nominiais e de contato do supervisor designado deverão ser encaminhados ao Contratante, pelo *e-mail* cis-gab@tre-sc.jus.br, no **prazo máximo de 3 (três) dias úteis** a contar da data de recebimento, pela Contratada, deste contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESA;

10.1.8.2. o supervisor fará permanente contato com o gestor por intermédio do qual receberá e transmitirá aos profissionais as necessárias instruções, com vistas ao perfeito desempenho dos serviços contratados;

10.1.8.3. o supervisor deverá atender ao gestor sempre que solicitado, prestando as informações e os esclarecimentos solicitados, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Contratante, disponibilizando, desde o início da vigência deste contrato, número de telefones fixo e móvel para contato, inclusive emergencial, e endereço de correio eletrônico;

10.1.9. o disposto nas subcláusulas 10.1.8 e 10.1.8.1 a 10.1.8.3, aplica-se também ao controle e à conferência das faturas de que trata a subcláusula 10.1.14, a cargo da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços do TRESA;

10.1.10. manter endereço, número de telefone e demais dados atualizados sobre a Contratada, informando imediatamente quaisquer alterações ao TRESA pelo *e-mail* cis-gab@tre-sc.jus.br;

10.1.11. fornecer número(s) de telefone(s) para eventuais contatos, esclarecimentos ou registro das reclamações sobre o mau funcionamento, defeitos, interrupções, ainda que



intermitentes, dos serviços contratados;

10.1.11.1. o atendimento da Contratada às solicitações do TRESP, inclusive por meio de suporte técnico por consultores, deverá ser imediato e terá de estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana;

10.1.11.2. em horário não comercial (da 00:00h às 07:00h e das 19:00h às 24:00h), o atendimento e o suporte técnico poderão ser realizados por meio do *call center* da Contratada;

10.1.12. no caso de ocorrências de interrupção na prestação dos serviços, a Contratada deverá corrigir o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.1.12.1. em casos excepcionais e devidamente justificados, o prazo previsto na subcláusula 10.1.12 poderá ser prorrogado, observado o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

10.1.13. levar, imediatamente, ao conhecimento do gestor do TRESP qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

10.1.14. fornecer ao TRESP, no Edifício Anexo I do Prédio-Sede, situado na Rua Esteves Júnior, 80, Centro, Florianópolis/SC, mensalmente e sempre que solicitado, fatura única e detalhada em cada um dos tipos de serviços objeto deste Contrato por *chip*/linha utilizada, sem ônus para o TRESP;

10.1.14.1. a Contratada deve fazer chegar a fatura mensal ao TRESP com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de vencimento;

10.1.14.2. a fatura deverá conter os valores bruto e líquido, discriminados os descontos, os impostos e os serviços;

10.1.14.3. se a fatura emitida contiver erros ou estiver em desacordo com as disposições do contrato, fica automaticamente prorrogado o vencimento para 10 (dez) dias após a correção pela Contratada, a contar do recebimento, pelo TRESP, da fatura corrigida com a data de vencimento atualizada, de modo a viabilizar o respectivo pagamento;

10.1.14.4. providenciar a disponibilização de faturas e demonstrativos ao TRESP mediante arquivo eletrônico enviado por mensagem eletrônica, sempre que solicitado;

10.1.15. assumir a responsabilidade por “clonagem” ou subscrição que porventura venham a ser identificadas nos acessos habilitados (*chips*), sem nenhum prejuízo ao TRESP;

10.1.16. possibilitar ao TRESP, na condição de visitante, receber a prestação de serviço móvel de telefonia em redes de outras prestadoras de serviço;

10.1.17. efetuar a portabilidade dos números das linhas (códigos de acesso) móveis utilizados pelos TRESP atualmente, caso necessário, sem qualquer custo adicional;

10.1.18. é permitido à Contratada:

10.1.18.1. cobrar os valores de assinatura, serviços e tarifas nos termos da proposta, observado o detalhamento previsto na subcláusula 1.6.1 deste Contrato;

10.1.18.2. cobrar os valores padrões de tarifas de outros serviços, não previstos neste Contrato, utilizados voluntariamente pelo TRESP, com base no valor de mercado e nunca acima dos valores registrados na ANATEL;

10.1.18.3. faturar em um prazo máximo de 90 (noventa) dias para o serviço de longa distância nacional, após o encerramento deste contrato, as ligações de longa distância, realizadas em decorrência desta contratação;

10.1.18.4. fornecer, sempre que solicitado, a comprovação dos preços vigentes, em relação aos serviços contratados;

10.1.18.5. fornecer os códigos de acesso (*chips*) com os aparelhos móveis celulares registrados e habilitados, acompanhados de todos os itens que compõem o “*kit*” de que trata o subitem 2.7.4 do Projeto Básico / Termo de Referência;

10.1.18.6. substituir, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado a partir da data de solicitação, qualquer aparelho e/ou código de acesso (*chip*) que apresente defeito de fábrica após a entrega ao TRESP e a conferência pelo gestor do contrato, sem ônus para o TRESP;

10.1.19. efetuar a troca de todos os 174 (cento e setenta e quatro) aparelhos móveis



celulares, passados 30 (trinta) meses da data de assinatura deste contrato, por outros de tecnologia mais avançada, acompanhados de todos os itens que compõem o “kit” de que trata a subcláusula 1.5.2;

10.1.19.1. em caso de defeito durante a vigência do contrato ou de extravio, furto ou roubo de quaisquer dos aparelhos celulares, a Contratada deverá providenciar o registro e a habilitação do(s) novo(s) aparelho(s), no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data de solicitação do gestor, e observadas as especificações constantes neste Contrato;

10.1.19.2. o custo referente ao aparelho defeituoso por uso indevido, extraviado, furtado ou roubado será objeto de apuração pelo TRESC e de posterior indenização à Contratada;

10.1.20. em caso de danos ocorridos nos acessos (*chips*) por uso indevido, observar-se-á o disposto nas subcláusulas 10.1.19.1 e 10.1.19.2;

10.1.21. responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da incompatibilidade de ação ou omissão culposa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo inteiramente o ônus decorrente;

10.1.22. garantir sigilo e inviolabilidade das conversações telefônicas decorrentes da contratação, considerando os recursos disponibilizados pela Contratada, mas respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;

10.1.23. garantir a suspensão e/ou interrupção dos serviços contratados, quando solicitados pelo TRESC;

10.1.24. é vedado à Contratada cobrar quaisquer tarifas:

a) a título de habilitação dos acessos (*chips*) nos aparelhos móveis celulares fornecidos em conjunto;

b) para ligações intragrupo;

c) a título de franquia de consumo obrigatório; e

d) a título de acessos a *Internet* (plano de dados), tais como para navegação e utilização de correio eletrônico (*e-mail*);

10.1.24.1. fazer distinção nas tarifas em relação aos horários normal e reduzido;

10.1.24.2. exigir a contratação de quaisquer serviços adicionais;

10.1.25. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRESC.

10.1.26. não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

10.1.27. prestar **garantia** (do fabricante) para os aparelhos e *chips* pelo período de, **no mínimo, 1 (um) ano**, a contar da data do recebimento definitivo, pelo setor competente do TRESC;

10.1.28. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia anuência da Contratante; e

10.1.29. manter durante a execução deste Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 011/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

11.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

11.2. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e neste contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o contratado que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

b) não entregar a documentação exigida no edital;



- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

11.2.1. Para os fins do contido na alínea “h” da subcláusula 11.2, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

11.3. Para os casos não previstos na subcláusula 11.2, poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado deste Contrato;
- c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência deste Contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total deste Contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

11.3.1. As sanções estabelecidas na subcláusula 11.2 e na alínea “f” da subcláusula 11.3 são de competência do Presidente do TRESC.

11.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução dos serviços sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

11.4.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.

11.5. Da aplicação das penalidades previstas nas subcláusulas 11.3, alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, e 11.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

11.5.1. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

11.6. Da aplicação da penalidade prevista na alínea “f” da subcláusula 11.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESC, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.



12.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas "c" ou "d" da subcláusula 11.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "e" ou "f" da subcláusula 11.3.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

13.2. Para efeito de reajustamento, os índices iniciais a serem considerados serão os da data de apresentação da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá a Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, de de 2021.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:



ANEXO I da Minuta de Contrato

LINHAS	ICCID DO CARTÃO SIM
49 98869-3616	89550 53940 00071 75714
49 98805-4821	89550 53940 00071 37888
48 98807-6280	89550 53940 00071 37466
47 98834-4311	89550 53940 00071 37110
47 98816-7104	89550 53940 00071 37318
47 98818-3693	89550 53940 00071 37334
47 98819-2916	8955 0539 4000 0713 7029
48 98807-7773	89550 53940 00071 37516
47 98812-3983	89550 53940 00071 37342
47 98826-4173	89550 53940 00071 37045
47 98827-0314	8955 0539 4000 0713 7094
49 98800-0239	89550 53940 00071 37938
48 98805-4212	89550 53942 00017 88197
47 98812-5787	89550 53940 00071 37268
47 98822-2394	89550 53940 00071 37078
49 98800-1815	89550 53940 00071 37946
49 98806-1505	89550 53940 00071 37656
49 98800-6780	8955 0539 4000 0827 4078
47 98813-0170	89550 53940 00071 37169
49 98803-1048	89550 53940 00071 75748
49 98802-1312	89550 53940 0007137672
49 98871-4742	89550 53940 00071 37755
49 98800-8703	89550 53940 00071 37748
49 98870-8504	89550 53940 00071 37862
48 98808-3028	89550 53940 00071 37490
48 98808-3357	89550 53942 00017 88163
48 8808-4754	89550 53942 00017 88155
49 98870-2835	8955 0539 4000 0713 7904
49 98801-0199	89550 53940 00071 37763
49 98805-2354	89550 53940 00071 37987
48 98809-9297	89550 53942 00017 88320
48 98809-9474	89550 53942 00017 88122
48 99154-7053	8955 0539 4000 0830 9908
48 98865-4537	8955 0539 4000 0830 9791
48 98811-3336	89550 53940 00071 37599
49 98869-9568	89550 53940 00071 37847
47 98818-2226	89550 53940 00071 37227
47 98817-5446	89550 53940 00071 37243
48 98802-3299	8955 0539 4000 0827 4045
47 98813-1894	89550 53940 00071 37250



48 98808-1566	89550 53942 00017 88114
48 98806-1409	89550 53942 00017 88296
48 98807-0382	89550 53942 00017 88171
48 98805-3347	8955 0539 4000 0827 7642
48 98809-5311	8955 0539 4200 0178 8106
47 98813-3814	89550 53940 00071 37193
47 98815-6178	89550 53940 00071 37177
47 98813-5376	89550 53940 00071 37185
47 98833-1702	89550 53940 00071 37276
48 98806-6322	8955 0539 4200 0178 8064
47 98827-9328	89550 53940 00071 37367
49 98806-0670	89550 53940 00071 37797
48 98807-5233	8955 0539 4200 0178 8031
48 98807-5511	8955 0539 4000 0713 7565
47 98815-7814	89550 53940 00071 37060
47 98813-6047	89550 53940 00071 37136
48 99154-7031	8955 0539 4000 0827 7667
47 98824-2394	89550 53940 00071 37102
48 98808-2665	8955 0539 4000 0713 7474
49 98801-2612	89550 53940 00071 37714
49 98870-3813	89550 53940 00071 37870
47 98835-2259	89550 53940 00071 37011
48 98808-4230	8955 0539 4000 0713 7573
47 98813-9344	89550 53940 00071 37375
48 98808-8331	8955 0539 4000 0713 7417
48 98808-8901	8955 0539 4000 0713 7391
47 98819-1530	89550 53940 00071 37144
48 98809-4940	8955 0539 4000 0713 7433
48 99154-7046	8955 0539 4000 0827 7626
47 98829-8312	89550 53940 00071 37219
47 98832-4236	89550 53940 00071 37201
48 98815-7498	8955 0539 4000 0830 9874
49 98871-8569	89550 53940 00071 37979
48 98811-4897	8955 0539 4000 0713 7458
48 98811-5507	8955 0539 4000 0713 7557
48 98811-6303	8955 0539 4000 0713 7409
48 98811-6848	8955 0539 4000 0713 7623
49 98801-7273	89550 53940 00071 37920
48 98811-2034	8955 0539 4000 0713 7508
48 98812-4036	8955 0539 4000 0713 7607
49 98871-2360	89550 53940 00071 37821
48 98811-9642	89550 53940 00071 37540
48 98813-1135	8955 0539 4000 0713 7581
48 98813-4026	8955 0539 4000 0713 7425



47 98814-2276	89550 53940 00071 37359
49 98805-8419	89550 53940 00071 37805
48 98814-0698	8955 0539 4000 0713 7615
48 99154-7015	89550 53248 00188 38820
48 98814-9441	8955 0539 4000 0830 9890
48 98804-6024	8955 0539 4000 0830 9833
48 98815-8506	8955 0534 4200 0553 7538
48 98816-9687	8955 0534 4200 0553 7603
48 98817-3165	8955 0534 4200 0553 7520
48 98824-8455	8955 0534 4200 0553 7512
48 98825-9930	89550 53649 00032 25152
48 99154-6983	8955 0539 4000 0827 7659
48 98826-3344	8955 0539 4000 0830 9742
48 98805-4021	8955 0539 4000 0827 7709
48 98807-7833	8955 0539 4200 0178 8080
48 99154-6980	89550 53240 00106 28607
48 99154-6982	8955 0539 4000 0827 7618
48 98812-8065	89550 53940 00071 37524
48 99154-6987	8955 0539 4000 0830 9783
48 99154-6988	89550 53649 00027 86956
48 99154-6991	89550 53540 00072 04781
48 99154-6992	8955 0539 4000 0830 9809
48 99154-6993	89550 53240 00106 28565
48 99154-6995	8955 0539 4000 0830 9775
48 99154-6998	8955 0539 4000 0830 9841
48 99154-7014	8955 0539 4000 0827 4037
48 99154-4824	89550 53240 00106 28540
48 98812-9773	89550 53940 00071 37482
48 99154-7018	8955 0539 4000 0827 4052
48 99154-7021	89550 53240 00199 28581
48 99154-7022	8955 0539 4000 0827 7634
48 99154-7023	89550 53240 00106 28516
48 99154-7026	8955 0539 4000 0827 7683
48 99154-7028	89550 53548 00028 12499
48 98814-3720	8955 0539 4000 0830 9759
48 99154-7032	8955 0539 4000 0827 7691
48 99154-7033	8955 0539 4000 0830 9882
48 99154-7034	8955 0539 4000 0830 9734
48 99154-7035	89550 53248 00187 70809
48 99154-7036	8955 0539 4000 0830 9718
48 99154-7038	8955 0539 4000 0827 4094
48 99154-7042	8955 0539 4000 0827 7675
48 99154-7043	8955 0539 4000 0827 9858
48 98826-2932	89550 53240 00106 28532



48 99154-7051	8955 0539 4000 0830 9726
49 98803-6769	89550 53940 00071 37896
48 99155-9213	89550 53240 00106 28524
48 99164-6818	89550 53248 00188 38846
47 98821-6846	89550 53940 00071 37326
49 98806-1055	89550 53940 00071 37649
47 98816-3847	89550 53940 00071 37284
49 98805-9976	89550 53940 00071 37664
42 98811-4037	89550 53942 00018 22525
48 98812-0456	8955 0539 4000 0713 7631
49 98870-2063	89550 53940 00071 37995
47 98834-3344	89550 53940 00071 37292
47 98814-3125	89550 53442 00055 37587
47 98818-8795	89550 53940 00071 37052
48 99154-7016	8955 0539 4000 0830 9825
49 98805-4298	89550 53940 00071 37771
48 98806-7384	89550 53240 00106 28599
47 98815-1580	89550 53940 00071 37235
49 98869-2545	89550 53940 00071 37961
49 98869-7521	89550 53940 00071 37813
47 98815-1072	89550 53940 00071 37086
48 98805-4840	89550 53942 00017 88130
49 98801-9387	89550 53940 00071 37698
48 98813-7195	89550 53940 00071 37383
48 98808-2982	89550 53942 00017 88205
49 98869-5311	89550 53940 00071 37680
49 98805-0898	89550 53940 00071 37953
49 98804-1961	89550 53940 00071 37839
49 98805-9529	89550 53940 00071 37912
48 98826-0034	8955 0539 4000 0830 9866
48 98805-8343	89550 53942 00017 88304
47 98816-1097	89550 53940 00071 37300
49 98804-8752	89550 53940 00071 37730
48 98813-7758	89550 53940 00071 37532
47 98815-3986	89550 53940 00071 37037
47 98817-1199	89550 53940 00071 37128
48 98804-5453	89550 53942 00017 88015
48 98809-0873	89550 53942 00017 88312
48 98805-2543	89550 53942 00017 88148
49 98805-8765	89550 53940 00071 37722
48 98805-1711	89550 53942 00017 88023
49 98802-8840	89550 53940 00071 75722
49 98803-7396	89550 53940 00071 37854
49 98804-9984	89550 53940 00071 38001



48 99154-7008	89550 53248 00187 26611
49 98803-3111	8955 0539 4000 0830 9767



ANEXO II da Minuta de Contrato

DISTRIBUIÇÃO DE ACESSOS (CHIPS) E APARELHOS PARA AS ZONAS ELEITORAIS DE SANTA CATARINA:

LOCAL	MUNICÍPIO	QUANTIDADE
Sede	Florianópolis	75

ORDEM	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO	QUANTIDADE POR ZE
1	1ª ZE	Araranguá	1
2	2ª ZE	Biguaçu	1
3	3ª ZE	Blumenau	1
4	4ª ZE	Bom Retiro	1
5	5ª ZE	Brusque	1
6	6ª ZE	Caçador	1
7	7ª ZE	Campos Novos	1
8	8ª ZE	Canoinhas	1
9	9ª ZE	Concórdia	1
10	10ª ZE	Criciúma	1
11	11ª ZE	Curitibanos	1
12	12ª ZE	Florianópolis	1
13	13ª ZE	Florianópolis	1
14	14ª ZE	Ibirama	1
15	15ª ZE	Indaial	1
16	16ª ZE	Itajaí	1
17	17ª ZE	Jaraguá do Sul	1
18	18ª ZE	Joaçaba	1
19	19ª ZE	Joinville	1
20	20ª ZE	Laguna	1
21	21ª ZE	Lages	1
22	22ª ZE	Mafrá	1
23	23ª ZE	Orleans	1
24	24ª ZE	Palhoça	1
25	25ª ZE	Porto União	1
26	26ª ZE	Rio do Sul	1
27	27ª ZE	São Francisco do Sul	1
28	28ª ZE	São Joaquim	1
29	29ª ZE	São José	1
30	30ª ZE	São Bento do Sul	1
31	31ª ZE	Tijucas	1
32	32ª ZE	Timbó	1
33	33ª ZE	Tubarão	1
34	34ª ZE	Urussanga	1
35	35ª ZE	Chapecó	1



ORDEM	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO	QUANTIDADE POR ZE
36	36ª ZE	Videira	1
37	37ª ZE	Capinzal	1
38	38ª ZE	Itaiópolis	1
39	39ª ZE	Ituporanga	1
40	41ª ZE	Palmitos	1
41	42ª ZE	Turvo	1
42	43ª ZE	Xanxerê	1
43	44ª ZE	Braço do Norte	1
44	45ª ZE	São Miguel do Oeste	1
45	46ª ZE	Taió	1
46	47ª ZE	Tangará	1
47	48ª ZE	Xaxim	1
48	49ª ZE	São Lourenço do Oeste	1
49	50ª ZE	Dionísio Cerqueira	1
50	51ª ZE	Santa Cecília	1
51	52ª ZE	Anita Garibaldi	1
52	53ª ZE	São João Batista	1
53	54ª ZE	Sombrio	1
54	55ª ZE	Pomerode	1
55	56ª ZE	Balneário Camboriú	1
56	57ª ZE	Trombudo Central	1
57	58ª ZE	Maravilha	1
58	60ª ZE	Guaramirim	1
59	61ª ZE	Seara	1
60	62ª ZE	Imaruí	1
61	63ª ZE	Ponte Serrada	1
62	64ª ZE	Gaspar	1
63	65ª ZE	Itapiranga	1
64	66ª ZE	Pinhalzinho	1
65	67ª ZE	Santo Amaro da Imperatriz	1
66	68ª ZE	Balneário Piçarras	1
67	69ª ZE	Campo Erê	1
68	70ª ZE	São Carlos	1
69	71ª ZE	Abelardo Luz	1
70	73ª ZE	Imbituba	1
71	74ª ZE	Rio Negrinho	1
72	76ª ZE	Joinville	1
73	77ª ZE	Fraiburgo	1
74	78ª ZE	Quilombo	1
75	79ª ZE	Içara	1
76	81ª ZE	Papanduva	1



ORDEM	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO	QUANTIDADE POR ZE
77	82ª ZE	São Miguel do Oeste	1
78	83ª ZE	Modelo	1
79	84ª ZE	São José	1
80	85ª ZE	Joaçaba	1
81	86ª ZE	Brusque	1
82	87ª ZE	Jaraguá do Sul	1
83	88ª ZE	Blumenau	1
84	90ª ZE	Concórdia	1
85	91ª ZE	Itapema	1
86	92ª ZE	Criciúma	1
87	93ª ZE	Lages	1
88	94ª ZE	Chapecó	1
89	95ª ZE	Joinville	1
90	96ª ZE	Joinville	1
91	97ª ZE	Itajaí	1
92	98ª ZE	Criciúma	1
93	99ª ZE	Tubarão	1
94	100ª ZE	Florianópolis	1
95	102ª ZE	Rio do Sul	1
96	103ª ZE	Balneário Camboriú	1
97	104ª ZE	Lages	1
98	105ª ZE	Joinville	1
99	106ª ZE	Navegantes	1
			99



PREGÃO N. 011/2021

ANEXO I

RELAÇÃO DE ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	Valor total mensal para a prestação de serviço de telefonia móvel pessoal, no Estado de Santa Catarina, por meio de 174 (cento e setenta e quatro) códigos de acesso (<i>chips</i>), destinados aos servidores da Sede do TRESP e das Zonas Eleitorais do Estado de Santa Catarina, com o fornecimento de 174 (cento e setenta e quatro) aparelhos móveis celulares, a título de comodato, habilitados e associados a um plano pós-pago de serviço, que permita a sua utilização pelo Contratante em todas as localidades atendidas pela Contratada, em sua área de prestação, e, ainda, na condição de visitante, para a realização de ligações nas modalidades local e longa distância (nacional) destinadas a telefones fixos e móveis.	1	Valor Total Mensal

Observação: Demais especificações conforme Projeto Básico / Termo de Referência.

